

3/2013

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÉRTOLA,  
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2013**

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre da Câmara Municipal, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra “P”, em número de 20. teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pela circular nº 9 e Edital nº 3/2013 ambos de 20 de junho de 2013. -----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Miguel da Conceição Bento	F
João Miguel Palma Serrão Martins	F
Maria Odete de Jesus Palma	P
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	P
Maria Odete Guerreiro Teixeira	P
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Maria José da Assunção Lourenço Henrique	P
José Francisco Neto	P
Manuel Sequeira Gonçalves	P
José Eugénio Martins Pereira da Costa	P
Maria Otilia Colaço Alves Raposo	P
Mariana Ricardina Costa	P
Maria Virgínia Martins Valente	P
Mário José Eugénio	F
Maria Madalena Lança Marques – Pres. da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva	P
João Xavier da Costa Venâncio – Pres. da Junta de Freguesia de Corte do Pinto	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. da Junta de Freguesia de Espírito Santo	P
Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins – Pres. Junta de Freguesia de Mértola	P
Luís Miguel Cavaco dos Reis – Pres. da Junta de Freguesia de Santana de Cambas	P
José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros	P
Joaquim António Nobre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro	(a)
José Manuel Silvestre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis	F
Jorge Manuel Teixeira Domingos – Pres. Junta de Freguesia de S. Sebastião dos Carros	P

(a) - Nos termos da alínea c) do artº 38º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro fez-se representar nesta sessão pelo Secretário da respetiva Junta de Freguesia. -----

**COMPOSIÇÃO DA MESA:**-----

Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----

Primeiro Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira; -----

Segundo Secretário – Maria Otilia Colaço Alves Raposo. -----

**ABERTURA DA SESSÃO:-** Encontrando-se presente a maioria dos membros da Assembleia, pelo respetivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 16,15 horas. -----

**REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente o Snr. Vice-Presidente, nos termos do nº 2 do artº 48º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5A/2002, de 11 de Janeiro, considerando que o Snr. Presidente da Câmara se encontra de férias. - -----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS À PRESENTE SESSÃO:** -----

----- Apresentaram justificação das suas faltas à presente sessão o membro Snr. Mário José Eugénio, por e-mail datado de 26 de junho corrente e o Dr. João Serrão por e-mail datado de hoje. - -----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique informou que, por compromissos profissionais, o Dr. Miguel Bento não poderia estar presente na sessão, pelo que solicitava a justificação da sua falta.

----- A Mesa da Assembleia, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 5 do art.º 46º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, por unanimidade, deliberou unanimidade justificar as faltas. - -----

**1.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**1.1.- CORRESPONDÊNCIA:** -----

----- O Snr. Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia da correspondência entrada desde a última reunião até ao dia de ontem. -----

**1.2.- MONUMENTO AOS EX-COMBATENTES DO ULTRAMAR:**-----

----- O membro Snr. José Neto disse ter ficado muito sensibilizado e queria congratular o Executivo pela inauguração do monumento aos ex-combatentes do Ultramar, dizendo que se tratou de uma excelente iniciativa em homenagem a todos os naturais do Concelho que combateram nas antigas províncias ultramarinas onde infelizmente alguns perderam a vida, pelo que não queria deixar passar a ocasião para elogiar a Câmara pela iniciativa.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique, tomando a palavra, disse que também gostaria de dar uma palavra de apreço pela homenagem prestada aos ex-combatentes e como sabia desde há muito que esse reconhecimento era um dos desejos do membro desta Assembleia, Snr. José Neto, que foi um dos ex-combatentes, fez questão de lhe ter dado um abraço após a cerimónia da inauguração do monumento. -----

----- Prosseguindo disse ter ficado satisfeita com esta iniciativa da Câmara que permitiu dar essa alegria a muitos mertolenses, achando ser a mesma de louvar. -----

**1.3.- VOTO DE LOUVOR À ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA:**-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Odete Palma disse que, na sequência do prémio recebido pela Associação de Defesa do Património, cujo trabalho foi reconhecido internacionalmente através de um programa lançada através do Secretariado Executivo da Convenção das Nações Unidas de Combate á desertificação, propunha que a Assembleia Municipal aprovasse um Voto de Louvor, que leu em voz alta e fica anexo à minuta desta ata. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Mesa manifestou-se satisfeito dizendo ser salutar o facto de estarmos a ser reconhecidos nacional e internacionalmente, não vendo qualquer impedimento para que o Voto de Louvor seja aprovado.-----

----- Colocado o Voto de Louvor á votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

**1.4.- ENCERRAMENTO DO TRIBUNAL DE MÉRTOLA:**-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que o Executivo e o Grupo de Trabalho da Assembleia nomeado para as questões do Tribunal foram informados, por sua própria iniciativa, da realização de uma audição pública, promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre o novo Mapa Judiciário e que gostaria de saber por que razão a Câmara Municipal não informou o Grupo de Trabalho da Assembleia da realização dessa audição pública. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa informou que não teve conhecimento oficial dessa iniciativa e acrescentou ter conhecimento de que não vai acontecer no próximo ano o encerramento do Tribunal de Mértola.-----

----- O Snr. Vice-Presidente disse ter tido conhecimento da iniciativa de um dia para o outro e por questões de agenda era complicado programar.-----

----- Tomando novamente a palavra, o Snr. Presidente da Mesa disse que os deputados sempre fizeram chegar esse tipo de informação à Assembleia Municipal e estranha que desta vez a Assembleia Municipal não tenha sido informada atempadamente. -----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que o e-mail foi enviado à Câmara Municipal com 11 dias de antecedência já que os convites foram todos dirigidos às câmaras municipais e o Presidente da Mesa estranha que não tenha sido feito convite à Assembleia Municipal quando mais estranho foi a Câmara não ter informado o Grupo de Trabalho da Assembleia sabendo da sua existência.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa referiu que esta audição pública também não iria trazer quaisquer benefícios porque nada saiu de lá.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique, tomando novamente a palavra, disse que esta audição era para ter sido feita pela comissão do CDS/PSD que está a organizar o Mapa Judiciário, mas como não a fizeram o PCP tomou a iniciativa de realizar uma audição pública.-----

----- O Snr. Vice-Presidente informou que o convite que foi enviado era dirigido só ao Presidente da Câmara, tendo o Snr. Presidente da Mesa interrompido para dizer que não vale a pena estar a empolar a situação porque sobre esta matéria estão todos do mesmo lado.-----

----- Tomando a palavra, o membro Snr. José Neto, perguntou se estão todos do mesmo lado por que razão se andam a picar em blogues e através do Facebook de membros desta Assembleia e uma vez que se tratava de uma organização do PCP.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique respondeu ao Snr. José Neto dizendo que não era uma organização do PCP, mas uma iniciativa promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP, e que na iniciativa estiveram presentes individualidades que até não são do PCP.-----

----- Prossequindo disse que relativamente aos blogues e ao Facebook, já lhe foram feitas advertências no sentido de que o Facebook não é para ser discutido na Assembleia Municipal, pelo que também não o deverá ser agora e muito menos o seu Facebook pessoal.-----

#### **1.5.- PROPOSTA DE RECONHECIMENTO PÚBLICO E OVAÇÃO A FUNCIONÁRIA MUNICIPAL:**-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana, disse que embora não tenha conhecimento de que esta seja a última sessão da Assembleia antes das Eleições Autárquicas e considerando que já não é candidato nas mesmas, não queria deixar passar a ocasião e queria aproveitar para que fosse feito um reconhecimento público à funcionária municipal que dá apoio à Assembleia Municipal e secretaria as suas sessões, D. Maria Manuel, pelo trabalho, competência, disponibilidade e dedicação, entrega e esforço diário que esta funcionária desempenha nesta Assembleia.-----

----- Que por tudo isso e como sabe que todos reconhecem o seu trabalho faz questão de que esta sua intervenção conste em ata e solicitou que a Assembleia lhe prestasse com uma ovação, em pé, esta merecida homenagem.-----

----- A Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou o reconhecimento proposto e ovacionou, de pé, a funcionária que agradeceu a atenção dispensada e referiu que apenas se limita a fazer o seu trabalho.-----

#### **2.- ORDEM DE TRABALHOS:**-----

##### **2.1.- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2013:**-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artº 92 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2020, de 11 de janeiro, foi presente, para aprovação, a ata da reunião ordinária desta Assembleia, realizada no dia 30 de abril do corrente ano.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a ata.-----

----- Abstiveram-se na votação por não terem estado presentes na sessão os membros D. Maria Odete Guerreiro Teixeira, a Snr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Espírito Santo e o substituto do Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro.-----

##### **2.2.- INFORMAÇÃO FINANCEIRA – 1º TRIMESTRE DE 2013:**-----

----- Foi presente para conhecimento a Informação Financeira referente ao 1º Trimestre do corrente ano, presente em reunião do Executivo de 15 de maio passado, do seguinte teor:-----

----- “Da análise do Relatório de Execução Financeira à data de 31 de março de 2013, é possível retirar as seguintes conclusões acerca das principais rubricas da execução orçamental:

----- O Total da Receita cobrada (3.052.007,39€) é inferior em 239.856,73€ relativamente ao mesmo período do ano anterior. Sendo que a Receita Corrente cobrada (2.425.329,45€) subiu cerca de 311.890,00€ enquanto que a Receita de Capital (626.677,94€) teve uma quebra em cerca 550.000,00€ em relação ao ano anterior.-----

----- Quanto à Despesa Total, foi pago o valor de 2.555.033,99€, inferior em 926.462,76€ relativamente ao valor pago em 2012, no mesmo período. -----

----- A Despesa Corrente totalizou 1.942.670,94€, inferior em 281.436,88€, ao valor pago em 2012. Este facto deve-se essencialmente à diminuição na aquisição de bens e serviços, nos juros e outros encargos e nos subsídios. Quanto à Despesa de Capital (612.363,05€) verifica-se uma diminuição de 645.025,88€ em relação a 2012, devendo-se sobretudo à diminuição nas aquisições de bens de capital e nas transferências de capital. -----

----- Em suma, a Receita Total, regista uma execução de 18,31%, 2,48% acima do valor verificado no mesmo período do ano anterior. -----

----- Do lado da Despesa, verificou-se uma execução de 15,33%, 1,43% abaixo do valor verificado em 2012, no mesmo período. Quer na componente da Despesa Corrente quer na componente da Despesa de Capital, as execuções verificadas são inferiores em relação ao mesmo período de 2012. -----

----- Relativamente às Grandes Opções do Plano, verifica-se uma execução de 5,94% no Plano Plurianual de Investimentos e de 16,33% nas Atividades mais relevantes. -----

----- De registar uma diminuição de 2,67% na execução do Plano Plurianual de Investimentos, e de 6,31% na execução das Atividades mais relevantes, em relação ao mesmo período do ano anterior.-----

----- No que diz respeito à Dívida, verifica-se um aumento na ordem dos 335.000,00€ ao nível da dívida de curto prazo, no entanto verificou-se uma diminuição em cerca de 230.000,00€ ao nível da dívida de médio e longo prazo. -----

----- No que respeita ao Endividamento líquido municipal, verifica-se que as margens existentes, ao nível do endividamento de médio e longo prazo e ao nível do endividamento líquido total, são de 216.784,53€ e 686.015,78€ respetivamente, relativamente aos limites impostos pela Lei do Orçamento de Estado.” -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **2.3.- OP.9015.007122.091 – CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – DENÚNCIA DE ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO:** -----

----- Foi presente uma Proposta do Executivo, aprovada em reunião de 05 de junho corrente, com vista à retificação da deliberação desta Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, com os fundamentos contidos na Informação da Divisão de Administração e Finanças nº 127/2013, de 16 de maio, cujo teor se transcreve: -----

----- “A Autarquia contratou em janeiro de 2010 a referida operação com a Caixa Geral de Depósitos, pelo montante global de 3.000.000 €, para financiamento das obras de saneamento básico e pavimentação de Espirito Santo, Vale de Açor de Baixo Montes Viegas e Vale Açor de Cima, processo aprovado em reunião de Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2009 e visado pelo tribunal de contas com o número 000321 em 13 de julho de 2010;-----

----- Considerando que devido aos atrasos ocorridos no início da obra de Vale de Açor de Cima, e que o contrato de empréstimo, previa apenas 24 meses para utilização do valor contratado, foi necessário solicitar junto da instituição de crédito a prorrogação do período de utilização por mais 12 meses;-----

----- Na sequência da nossa solicitação, fomos informados, através do ofício 596/12 de 08 de maio, da disponibilidade por parte da instituição financeira em prorrogar o prazo de utilização e diferimento da operação até 31 de março de 2013, com a atualização do spread em 0,75%;

----- Que por deliberação de Câmara de 20 de junho de 2012 e da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, foram aceites as condições propostas pela Instituição de Crédito e decidido dar continuidade ao processo junto do tribunal de contas para ratificação do visto inicial, -----

----- Que após o envio da nova simulação com os encargos pela Instituição Bancária se percebeu que a atualização proposta não era como inicialmente se percebeu uma atualização do spread em 0,75% mas sim, uma comissão de gestão trimestral de 0,75%, o que se traduzia num encargo demasiado elevado, relativamente ao que tínhamos inicialmente informado;-----

----- Assim, propõe-se que a Câmara delibere, retificar a deliberação 20 de junho, não aceitando a adenda ao contrato e dar por encerrado o processo.-----

----- Deverá o processo ser posteriormente remetido à Assembleia Municipal para anular também a sua deliberação de 29 de junho.-----

----- Do teor da presente informação deverá ser dado conhecimento à Instituição Bancária e ao Tribunal de Contas.”-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Proposta do Executivo, retificando a sua deliberação de 29 de junho de 2012 e conseqüentemente não aceitar a adenda ao contrato, dando o processo por encerrado.-----

#### **2.4.- DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL EM CORTE DO PINTO:-----**

----- Foi presente uma proposta do Executivo, aprovada em 02 de maio do corrente ano, para que esta Assembleia nos termos da alínea b) do nº 4 do artº 53º da lei nº 168/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibere requerer a desafetação da seguinte parcela de terreno:-----

- Parcela de terreno sita em Corte do Pinto, destinada a construção urbana, com a área de 23 m2, a confrontar de norte e nascente com Manuel Marcelino Dias e de sul e poente com via pública.

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a desafetação da parcela de terreno acima identificada conforme proposto pelo Executivo.-----

#### **2.5.- AVOCAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA:-----**

----- Foi presente uma proposta do Executivo, aprovada em reunião de 19 de junho corrente e cujo teor se transcreve:-----

----- “A iniciativa Licenciamento Zero, aprovada pelo Decreto-Lei n.º48/2011, de 1 de abril, encontra-se totalmente em vigor desde 3 de junho de 2013 (data em que o Balcão do Empreendedor entrou em funcionamento).-----

----- Conforme teor da Informação nº103/2012 do Setor de Gestão Financeira aprovada pela Câmara Municipal de Mértola em 8 de abril de 2012, reforça-se a proposta de avocação de competências de licenciamento da Publicidade e Ocupação do Domínio Público delegadas nas Juntas de Freguesia do Concelho, pelas razões que a seguir se apresentam:-----

1.- O Licenciamento Zero simplifica o regime da ocupação do espaço público, substituindo-se o licenciamento por uma mera comunicação prévia para determinados fins habitualmente conexos com estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem (do artigo 10.º ao 13.º do Decreto-Lei referido).-----

2.- O Licenciamento Zero simplifica o regime da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, designadamente mediante a eliminação do licenciamento de afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em determinadas situações (alteração ao Decreto-Lei n.º97/88, de 17 de agosto).-----

3.- Esta simplificação exige que todas as situações de publicidade e ocupação de domínio público sejam analisadas de modo particular e aprofundado, para concluir sobre o seu enquadramento legislativo e regulamentar, o que condiciona o modo de apresentação da formalidade.-----

4.- O Balcão do Empreendedor (BdE) está em funcionamento, mas será melhorado de modo a permitir o preenchimento online dos requerimentos. Nesta fase, o acesso pode fazer-se de duas formas:-----

a)- Acesso direto - o agente económico acede, por meios próprios, ao balcão através do seu Cartão de Cidadão e respetivo PIN ou, se não o detiver, imprime, preenche e digitaliza o requerimento aí disponível, para o posterior envio via email ou correio;-----

b)- Acesso mediado - o agente económico dirige-se ao Atendimento presencial e solicita ajuda para a realização do serviço pretendido, através do seu Cartão do Cidadão e respetivo PIN ou, se não o detiver, o requerimento é devidamente preenchido e digitalizado.-----

1.- Importa referir que, nos dois casos, quando o acesso é realizado com o Cartão do Cidadão, todas as comunicações entre a administração e o agente, realizam-se de forma eletrónica. O atendimento municipal gere o atendimento do Backoffice do Balcão do Empreendedor através de credenciais. Deste modo, movimentam os documentos/processo interna e externamente.-----

2.- Considerando que da consulta realizada à AMA – Agência para a Modernização Administrativa, nos foi dito que quer a submissão dos conteúdos no *backoffice* do Balcão do Empreendedor, quer os formulários no âmbito do Licenciamento Zero estão preparados para os municípios e que, neste momento, não existem perspetivas da sua adaptação/adequação às Juntas de Freguesia, conforme email em anexo.-----

----- Pelos motivos apresentados, e salvo melhor entendimento, considero que face às alterações legislativas e à entrada em funcionamento do balcão eletrónico, as Juntas de Freguesia não dispõem de condições para realizarem as atividades relativas à publicidade e ocupação do domínio público.”-----

----- A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta do Executivo da avocação das competências delegadas nas Juntas de Freguesia e acima identificadas.-----

#### **2.5.1- AVOCAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – INTERVENÇÕES:**-----

----- A Snr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse que a Lei não permite que se processe de outra forma, que terá que se conformar mas contrariada, já que os recursos são insuficientes e estas receitas para a Freguesia de Mértola eram bastante significativas, pelo que queria demonstrar o seu descontentamento pelo facto.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Virgínia Valente disse que não é possível às juntas continuarem a tratar destes processos. Que a forma como está elaborado o Balcão é apenas da competência do Município, tendo até já colocado a questão sobre se havia hipótese de no futuro estas competências passarem novamente para as juntas de freguesia, e o que lhe foi respondido é que para já não é possível dado que o Balcão Único é dirigido apenas ao Município.-----

----- O Snr. Vice-Presidente, tomando a palavra, agradeceu às juntas de freguesia a ajuda que prestaram à Assembleia Municipal, em matéria desta delegação de competências e que se em qualquer momento houver disponibilidade e autorização para ser feita novamente, a Câmara está disponível para fazer a delegação de competências, esperando que esta situação seja apenas transitória.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que deveria ser arranjada uma forma de compensar as freguesias pelas perdas que vão ter com a avocação destas competências para a Câmara Municipal.-----

#### **2.6.- REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (FEF) ENTRE RECEITA CORRENTE E RECEITA DE CAPITAL:**-----

----- Foi presente uma proposta do Executivo, aprovada em reunião de 19 de junho corrente, cujo teor se transcreve:-----

----- “O n.º3 do artigo 25º da Lei n.º 2/2007 (Lei Finanças Locais), refere a possibilidade dos municípios decidirem acerca da repartição do montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), entre receita corrente e receita de capital, não podendo contudo a receita corrente exceder 65% desse mesmo fundo.-----

----- O Artigo 57º da Lei de Orçamento de Estado para 2012, introduziu uma alteração ao número 3 do Artigo 25º da Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007 de 15 de janeiro), alterando o limite dos 65% para 80%;-----

----- Assim sendo, e tendo por base as dificuldades que o Município enfrenta sempre para cumprir o princípio do equilíbrio financeiro, e ao mesmo tempo a interpretação desse mesmo princípio que refere “as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes” o mesmo é dizer que as receitas correntes podem sempre ser superiores às despesas correntes, contribuindo assim para a poupança corrente que pode ser canalizada para a componente de investimento do município.-----

----- Pelo que se propõe que a Câmara Municipal delibere no sentido de afetar 80% das transferências de FEF, à componente da receita corrente, regra essa que irá vigorar no decurso do próximo ano económico.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Proposta do Executivo, com a afetação de 80% das transferências do FEF à componente da receita corrente. -----

## **2.7.- CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ-BAR DA PRAIA FLUVIAL DA MINA DE S. DOMINGOS – AJUSTE DIRETO:** -----

----- Foi presente uma Proposta do Executivo, aprovada em reunião de 19 de junho corrente, no sentido desta Assembleia autorizar a contratação, por ajuste direto, com a Firma Bento Gemas, Unipessoal Ld.<sup>a</sup>. pelo período de 03 de agosto a 30 de setembro, da concessão do direito de exploração do café-Bar da Praia Fluvial da Mina de S. Domingos, com os seguintes fundamentos: -----

----- “Em 03.08.2010 foi celebrado contrato de concessão do direito de exploração do café-bar da praia fluvial de Mina de S. Domingos entre o Município de Mértola e o Sr. Bento Gemas, com prazo de vigência de três anos (conforme cláusula 6.<sup>a</sup>), ou seja, termina no próximo dia 02.08.2013. -----

----- Atenta a cláusula 1.<sup>a</sup> do referido contrato, este tem por objeto principal o desenvolvimento das atividades de exploração do café-bar da praia fluvial da Mina de S. Domingos. -----

----- Nos termos da cláusula 7.<sup>a</sup> do supra referido contrato, pela exploração da concessão, a concessionária pagará mensalmente o valor global de 955,00 € (novecentos e cinquenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa de 21%, perfazendo a quantia de 1.155,60€ (mil cento e cinquenta e cinco euros e sessenta cêntimos). -----

----- Refira-se que, em 18.04.2013, foi celebrada cessão da posição contratual em que Bento Francisco Fernandes Gemas cedeu a sua posição contratual no âmbito do contrato em epígrafe à firma Bento Gemas, Unipessoal Ld.<sup>a</sup>. -----

----- Atenta a Portaria n.º178/2013, de 13/05, a época balnear para a albufeira da tapada grande decorre entre 1 de Junho e 30 de setembro. -----

----- Importa frisar que o papel deste tipo de apoios de praia é fundamental no bom funcionamento das praias e sua envolvente, bem como na manutenção e adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis. -----

----- A praia fluvial é bastante frequentada no decurso da época balnear, servindo como importante motor económico e turístico da localidade. -----

----- Ora, o referido contrato termina em plena época balnear pondo em causa o interesse público da concessão subjacente à praia fluvial, pois a promoção de novo concurso de concessão em plena época balnear, com eventual mudança de concessionário, transtornará o bom funcionamento deste apoio de praia pondo em causa o interesse público subjacente ao serviço prestado aos frequentadores da praia.” -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade autorizar a contratação, por ajuste direto, com a Firma Bento Gemas, Unipessoal Ld.<sup>a</sup>. pelo período de 03 de agosto a 30 de setembro, da concessão do direito de exploração do café-Bar da Praia Fluvial da Mina de S. Domingos, conforme proposto pelo Executivo. -----

## **2.8.- REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO SEGUNDO (A) FILHO (A) E SEGUINTES:** -----

----- Nos termos e para efeito das disposições combinadas da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º e alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente o projeto de Regulamento em referência, após ter sido submetido a inquérito público pelo prazo de 30 dias não tendo havido quaisquer alterações ou sugestões e obtido parecer favorável das Comissões da Assembleia Municipal dos Regulamentos e das Questões Sociais. -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento em título, conforme proposto pelo Executivo. -----

## **2.9.- REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO MUNICIPAL TEMPORÁRIA DE DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO:-----**

----- Nos termos e para efeitos das disposições combinadas nas alíneas d), e), f), g) e h) do nº 1 do artº 13º, artºs 19º, 20º, 21º, 22º e 23º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, alínea b) do nº 4 do artº 64º e alínea a) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente o projeto de Regulamento em referência, após ter sido submetido a inquérito público pelo prazo de 30 dias e às Comissões da Assembleia Municipal dos Regulamentos e das Questões Sociais, contendo já as alterações sugeridas pelas Comissões e analisadas pelos Serviços Municipais. -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento em título, conforme proposto pelo Executivo. -----

## **2.10.- REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO MUNICIPAL TEMPORÁRIA DE JOVENS:**

----- Nos termos e para efeitos das disposições combinadas nas alíneas d), e), f), g) e h) do nº 1 do artº 13º, artºs 19º, 20º, 21º, 22º e 23º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, alínea b) do nº 4 do artº 64º e alínea a) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente o projeto de Regulamento em referência, após ter sido submetido a inquérito público pelo prazo de 30 dias e às Comissões da Assembleia Municipal dos Regulamentos e das Questões Sociais, contendo já as alterações sugeridas pelas Comissões e analisadas pelos Serviços Municipais. -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento em título, conforme proposto pelo Executivo. -----

## **2.9 e 2.10- REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO MUNICIPAL TEMPORÁRIA DE DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO E REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO MUNICIPAL TEMPORÁRIA DE JOVENS – INTERVENÇÕES:-----**

----- Tomando a palavra, a Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que os pareceres das comissões foram favoráveis, mas que sobre os mesmos o Dr. Miguel Bento, membro de uma das Comissões, propôs que a bolsa fosse pelo menos de montante igual ao salário mínimo nacional, e que essa era também a proposta que a Bancada da CDU queria fazer à Assembleia, uma vez que não acham corretos os valores fixados para as bolsas. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que a proposta do Dr. Miguel Bento nem sequer foi aceite pela Comissão.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Mariana Costa disse achar ingrato que as pessoas trabalhem 7 horas por semana como qualquer funcionário normal e recebam metade do ordenado, embora se congratule com a iniciativa.-----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que a Câmara não quis correr o risco de desviar as pessoas que recorrem ao Centro de Emprego, querendo que este seja o último recurso e não o primeiro.

----- Quanto aos montantes, os regulamentos também preveem que a qualquer momento podem vir a ser alterados, já que os mesmos não são estanques e podem vir a ser alterados sempre que se achar necessário.-----

----- Tomando a palavra, a Snr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse congratular-se com mais esta medida de apoio social da Câmara. Que também fez parte de uma das Comissões que analisaram os Regulamentos e fica surpreendida com a transformação política no debate destes documentos. -----

----- Prossequindo disse considerar as pessoas do Executivo e da Assembleia de boa-fé , o apoio que irá ser dado é o máximo possível e que tendo havido consenso por parte das Comissões, não pode estar de acordo com o que está agora a ser dito e proposto.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Mariana Costa disse que a palavra “ingrato” foi usada por si porque os jovens vêm trabalhar 7 horas por dia para ganhar 280 euros e ainda têm que pagar transporte para se deslocar para o trabalho, o que em sua opinião é pouco.-----

----- De seguida questionou o Snr. Vice-Presidente no sentido de saber se a Câmara vai ter de despedir funcionários até ao final do ano, tendo o Snr. Vice-Presidente respondido que até ao momento a Câmara tem conseguido jogar com as aposentações. -----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique, tomando novamente a palavra, disse que na sua intervenção apenas referiu que os pareceres sobre os regulamentos foram por unanimidade e que a alteração aos valores foi proposta pelo Dr. Miguel Bento, proposta essa que a Bancada da CDU também corrobora.-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas disse que desde 2009 que tem vindo a fazer parcerias com os Centros Sociais, os Bombeiros, a Santa Casa da Misericórdia, a Casa do Povo de Santana e ajudado muitas pessoas a arranjam emprego. Que cada vez vai ser mais difícil isso acontecer até na contratação temporária, pelo que não sabe até que ponto a Câmara não poderia fazer parcerias com as juntas de freguesia para inclusão dessas pessoas, porque em sua opinião devem ser feitas parcerias com as juntas e as entidades do Concelho.-----

----- O Snr. Vice-Presidente, respondendo à questão que foi levantada anteriormente e informou que a Autarquia, dentro das suas possibilidades se as pessoas precisarem de transporte para se deslocarem para os locais de trabalho, serão transportadas tal como o são os funcionários municipais.-----

----- Tomando a palavra, a Dr.<sup>a</sup> Odete Palma disse que estas medidas são de louvar e necessárias, considerando-as até urgentes, razão pela qual perguntou porque razão é que só agora é que estas medidas estão a ser implementadas uma vez que o diagnóstico já foi feito há bastantes meses, pelo que gostaria de saber o porquê destas medidas tardias, em sua opinião.

----- O Snr. Vice-Presidente disse que na opinião do Executivo as medidas não são tardias porque as ideias não são tomadas de hoje para amanhã, mas quando existe disponibilidade financeira para as concretizar. Que há opções que têm de ser tomadas e o Executivo tem de optar pelo que vai deixar de fazer para poder fazer outras, o que não quer dizer que daqui a um ano estes Regulamentos deixem de ser aplicados, esperando que tal não se verifique.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José, intervindo disse concordar com o que foi dito pelo Snr. Vice-Presidente, mas relembra que a decisão da Câmara em fornecer os manuais escolares no ano passado poderia ter sido tomada há muito mais tempo, quando a CDU apresentou uma proposta nesse sentido e que foi chamada de demagógica e que agora também se pode pensar o mesmo destas medidas, que são de louvar, mas que podem ser consideradas eleitoralistas.-----

----- Interrompeu o Snr. Presidente da Mesa para dizer que foi tudo pensado, ao que a Dr.<sup>a</sup> Maria José respondeu que acha bem que as pessoas pensem que se trata de uma bolsa e não de um emprego.-----

### **3.- FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA CÂMARA: -----**

----- Elaborada nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, foi presente a Informação do Snr. Presidente da Câmara de que um exemplar fica anexo à minuta desta ata.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou aberto este ponto, tendo tomado a palavra a Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique para perguntar por que razão é que na última sessão da Assembleia Municipal, o Snr. Presidente da Câmara se fez representar pelo Snr. Vice-Presidente quando sabe que se encontrava no edifício da Câmara Municipal, pelo que gostaria de saber qual o impedimento que o levou a ser substituído e não estar presente na sessão.-----

----- O Snr. Vice-Presidente informou que o Snr. Presidente tinha nessa mesma tarde uma reunião de trabalho em Beja e que o facto de estar no edifício teve a ver com a preparação dessa reunião.-----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros falou sobre a situação da água na povoação, que continua sem pressão, como tem vindo a alertar em anteriores sessões da Assembleia. Disse ainda que ficaram por cimentar duas ruas de S. João e gostaria de saber qual a razão para que essas ruas não tivessem o mesmo tratamento das outras.-----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que, relativamente à pressão da água na localidade de S. João dos Caldeireiros, pensava que o problema já estivesse resolvido, mas que irá ver novamente o que se passa e dar indicação aos serviços para verificarem a situação.-----

----- Prosseguindo disse que irá verificar também a situação das ruas que ficaram por cimentar e se não foram incluídas na delegação de competências.-----

----- O membro Snr. José Neto disse ter tido conhecimento de uma situação com pombos em Penilhos e gostaria de saber de que se trata, tendo o Snr. Vice-Presidente informado que a situação dos pombos está a ser acompanhada pela Veterinária Municipal. Que a Câmara tem tentado mediar a situação, mas trata-se de um problema entre particulares em que a Câmara só pode intervir no limite das suas competências.-----

----- Tomando a palavra, a Dr.<sup>a</sup> Odete Palma disse que gostaria de saber qual foi o orçamento das Festas da Vila e porque é que a Câmara se decidiu por fazer o processo por adjudicação direta e não através de concurso.-----

----- O Snr. Vice-Presidente informou que não tem presente o orçamento das Festas, mas sabe que o mesmo baixou significativamente em relação ao ano anterior. Que relativamente às adjudicações e aos ajustes diretos têm a ver com os montantes e os limites até onde se pode recorrer ao ajuste direto. Que neste caso este processo é tratado pela Divisão da Cultura e possivelmente o que levou ao ajuste direto foi os montantes estarem dentro dos limites legais permitidos e também talvez pela urgência na resolução do assunto.-----

----- Tomando a palavra o membro Snr. José Eugénio disse que queria agradecer à Junta de Freguesia de Mértola pelo Parque Sénior considerando-o uma excelente iniciativa.-----

----- De seguida referiu a existência de uma fossa na povoação de Lombardos, construída pela Câmara, que está completamente cheia, escorrendo pelo barranco abaixo, porque só foi limpa há cerca de 2 anos.-----

----- Relativamente aos Regulamentos hoje aprovados, se estão orçamentados e estão disponíveis 134.000 €, se em vez de 35 pessoas só aparecerem 27, perguntou se o dinheiro sobranete seria distribuído pelas pessoas (estagiários).-----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que relativamente à fossa nos Lombardos, a mesma tem de ser limpa periodicamente e vai dar ordens aos serviços nesse sentido.-----

----- Quanto aos 134.000 €, é a verba correspondente ao valor mensal a pagar a essas 35 pessoas durante os 6 meses e que a mesma tem de estar devidamente disponível em orçamento e logicamente se forem menos de 35 pessoas a verba sobranete tem de continuar no orçamento.

----- Retomando novamente a palavra a Dr.<sup>a</sup> Odete Palma disse que não foi devidamente esclarecida relativamente às Festas da Vila e vê que o Vereador não está dentro do processo, solicitando que seja devidamente esclarecido porque a questão que colocou foi por que razão, havendo três propostas em cima da mesa se opta por uma delas, se é pelo valor, ou qual a razão, quais são os critérios, ao que o Snr. Vice-Presidente respondeu que são sempre vários os critérios que levam à adjudicação, mas geralmente é sempre pelo mais baixo preço.-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Mesa disse que gostaria de realçar o trabalho que a Câmara faz e o excelente trabalho na elaboração da informação rigorosa que o Snr. Presidente da Câmara apresenta à Assembleia. Que tudo o que foi empolado na comunicação social de negativo tem impacto no nosso Concelho e naqueles que nos visitam.-----

----- Prosseguindo questionou se se deverá continuar a fazer este tipo de trabalho que a Câmara está a fazer, que em sua opinião é importantíssimo já que este tipo de atividades devem continuar porque dão vida à economia local e cada vez que alguém nos visita acaba por voltar e de nos promover.-----

----- Que se refere na Informação as comemorações do 25 de Abril, que foi comemorado com um grande espetáculo musical com músicas de Zeca Afonso e esse foi um grande momento, tal como o foi a Feira do Mel, Queijo e Pão, já para não falar do Festival Islâmico que tem nome até a nível internacional.-----

----- Que o Parque Desportivo e de Lazer foi um momento único que levou a Autarquia a fazer aquele enorme investimento.-----

----- Que há um longo trabalho a ser feito na Mina de S. Domingos com o Encontro Mineiro.

----- A organização do Mertola Cup pelo Clube de Futebol Guadiana e pela Câmara Municipal com a vinda de diversas equipas de miúdos, que com eles trouxeram as famílias e todo esse

conjunto de atividades que devem continuar a ser feitas e promovidas porque para ter qualidade é preciso investir e mesmo com o baixo orçamento que a Câmara tinha este ano, tudo isto foi conseguido, já para não falar no conjunto de exposições que passaram pela Casa das Artes, tudo isso é agradável e envolve todos, Autarquia e Municípes.-----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que não gostaria de voltar a ser repetitivo, mas que por vezes nos esquecemos do trabalho que é desenvolvido pelas pessoas e associações envolvidas em cada atividade e em cada iniciativa já que é um esforço muito grande o que é feito.-----

#### **4.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

----- Encontrando-se público presente o Snr. Presidente declarou aberto o período de intervenção do público previsto na lei, agradecendo a presença de todos em especial da Dr.<sup>a</sup> Isabel Valente a quem passou a palavra.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Isabel Valente disse se encontra na sessão da Assembleia na qualidade de candidata à Assembleia Municipal pela CDU nas próximas eleições autárquicas, mas que para quem conheceu Mértola há 50 anos e quem a conhece hoje é de louvar a Câmara de Mértola pelo trabalho que tem desenvolvido nestes anos pós 25 de Abril.-----

----- Que quem fala de Mértola e quem está longe de Mértola, tem sempre o eco do que está a ser feito tanto na arqueologia, como na Universidade Sénior e tantas outras áreas.-----

----- Que esteve presente nesta sessão da Assembleia e irá estar presente nas próximas, tendo gostado do que viu e ouviu e que as críticas são aceitáveis tanto da Mesa como da oposição e que se um dia for representante deste Órgão será o máximo de coerente e o máximo de imparcial porque por vezes devemos ser mais imparciais do que políticos.-----

----- Que gostou de estar presente na sessão, do Snr. Vice-Presidente, que não conhecia, mas gostou da sua forma de estar e de demonstrar que sabe como gerir.-----

----- Que Mértola e o seu Concelho está de parabéns porque desde o 25 de Abril até agora todo o trabalho que tem sido feito tem sido meritório, agradecendo a todos os presentes a amabilidade com que a receberam.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que espera estar presente na próxima sessão da Assembleia, mas se tal não vier a acontecer e como já não irá ser eleita neste Órgão, não queria deixar passar a ocasião para referir que gostou de trabalhar com todos os que fazem parte desta Assembleia e que, em seu nome e em nome da Bancada da CDU foi um prazer estar presente como representante do Órgão e que as críticas são saudáveis embora as forças políticas sejam diferentes é saudável porque as críticas devem ser sempre construtivas.-----

----- Disse ainda que todas as iniciativas referidas pelo Snr. Presidente da Mesa são de louvar e concorda com todas elas.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Mariana Costa disse que as festas são para manter, mas com o mínimo de custos e a máxima qualidade possíveis. Que ninguém é contra as festas já que elas são importantes para desenvolver o tecido empresarial, mas o que lhe parece é que estes estão só à espera das festas e não tomam eles próprios iniciativas individuais. Que há duas semanas atrás estava tudo fechado num fim-de-semana na Vila, em que a mesma estava cheia de turistas que não tinham nem onde tomar um café. Que o centro da Vila fica “morto” aos fins-de-semana.-----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que, de facto, embora não seja politicamente correto dizer as pessoas são muito acomodadas, embora também haja empreendedores. Que foi às Festas da Vila e até a sangria era enlatada, o que quer dizer que o que dá trabalho não se faz.

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que estão a ser confundidas as intervenções e solicitou ao Snr. Vice-Presidente que hoje fosse ele a fazer o encerramento da sessão.-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Vice-Presidente disse que o Executivo tem tido a preocupação em diminuir os custos das festas. Que este ano 80% das receitas de bilheteira das Festas da Vila reverteram para os cofres municipais. Que tem havido um esforço para diminuir os custos nas diversas iniciativas.-----

----- De seguida agradeceu as palavras simpáticas da Dr.<sup>a</sup> Isabel Valente e que estendia o reconhecimento feito à Câmara também a todos aqueles que trabalham nos bastidores e que não dão a cara, mas cujo trabalho é reconhecido.-----

----- Que se esta for a sua última sessão como representante do Executivo, gostaria de dizer que foi com muito prazer que representou a Autarquia nesta Assembleia que é o Órgão máximo do Município. -----

**5.- APROVAÇÃO DA ATA:** -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. -----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----

**6.- ENCERRAMENTO:** -----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 18,30 horas. -----

----- E eu 1º Secretário da Assembleia, a redigi,  
subscrevo e assino. -----

O Presidente \_\_\_\_\_

O 1º Secretário \_\_\_\_\_

O 2º Secretário \_\_\_\_\_